

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
JULHO A SETEMBRO 1988

ANO 25 • NÚMERO 99

O reerguimento econômico (1903 - 1913)

MIRCEA BUESCU

Ex-Professor da PUC-RJ. Sócio efetivo do
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

S U M Á R I O

1. Apresentação. 2. Cenário internacional. 3. Relações econômicas com o exterior: exportação, importação, capitais estrangeiros, dívida externa, balanço de pagamentos. 4. Crescimento econômico global e setorial. 5. Situação da indústria. 6. Fatores da mudança. 7. Formação de capital. 8. Política monetária, financeira comercial e cambial. 9. Inflação. 10. Condicionamentos políticos e sociais.

1. A tese dos “choques externos”, ligando os surtos industriais — e desenvolvimentistas, portanto — do Brasil aos períodos de desequilíbrio político e econômico no mundo, mais precisamente aos momentos de estrangulamento das relações econômicas internacionais, relegou para um plano secundário os períodos de normalidade e de expansão dos movimentos internacionais de mercadorias e capitais. Assim aconteceu, em grande parte, com a década imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, durante a famosa *Belle Époque* do mundo ocidental⁽¹⁾, embora, já no seu tempo, tenha sido rotulada sob o nome expressivo de reerguimento econômico. Enquanto me associei, eventualmente com um certo exagero às vezes, aos críticos da teoria “dos choques externos” — na companhia de WARREN

(1) Segundo o Dicionário *Petit Robert* (1977), “*La Belle Époque*” corresponde aos “primeiros anos do século XX, considerados como a época de uma vida agradável e fácil”.

DEAN, CARLOS MANUEL PELÁEZ, ANNIBAL VILLELA e outros — tentei, em algumas ocasiões, fazer justiça à performance econômica do Brasil entre 1903 e 1913, abrangendo principalmente as presidências de Rodrigues Alves e Afonso Pena. Achei oportuno acrescentar algumas análises aos sucintos estudos anteriores, lembrando, evidentemente, as valiosas contribuições de outros historiadores e economistas (2).

2. É preciso não esquecer que o reerguimento econômico ocorreu num ambiente internacional — político e econômico — extremamente favorável. Isto não podia deixar de constituir um elemento positivo para uma economia muito ligada ao setor externo, tal como era a economia brasileira, exportadora de produtos primários e importadora de fatores de desenvolvimento — capital, tecnologia e mão-de-obra qualificada.

Foi um período de paz, na medida relativa em que a humanidade é capaz de alcançar a paz. No centro, onde se decidia o destino do mundo, não houve quase nenhuma guerra mais significativa desde a vitória da Prússia sobre a França em 1871 até o estouro da Primeira Guerra Mundial em 1914 (a guerra russo-japonesa de 1904 e a guerra balcânica de 1912/13 foram, ainda, periféricas). Realizava-se um equilíbrio — precário, é verdade, mas satisfatório a curto prazo — através do jogo das alianças, principalmente entre os dois blocos da *Entente Cordiale* e da Tríplice Aliança. Foram inevitáveis pequenos choques que ilustravam a estrita margem de equilíbrio, mas, afinal de contas, não houve guerra, e o otimismo, talvez com uma certa dose de inconsciência, perdurou. Os sonhos pacifistas quiseram concretizar-se na Conferência de Haia, em 1907, e o seu insucesso não chegou a abalar a confiança nas perspectivas auspiciosas da humanidade.

O otimismo encontrava um bom respaldo no contínuo progresso econômico, em que pese à persistência de grandes disparidades de pobreza e riqueza, tanto vertical como horizontalmente. O progresso parecia irreversível — a crise de 1907, sensível sobretudo nos Estados Unidos, não passou de um acidente limitado em tempo e profundidade. É útil lembrar que a economia mundial, ou pelo menos a dos países industrializados, se encontrou, entre 1895 e 1920, numa fase A do ciclo Kondratieff, o que explica a tendência progressista, bem como a reduzida força das crises de 1900 e 1907. Embora marginalizado, o Brasil recebeu reflexos dessa conjuntura positiva. O progresso que vinha, pode-se dizer, desde a Revolução Industrial do fim do século XVIII, num processo cumulativo e acele-

(2) O reerguimento econômico não foi separadamente estudado até agora. Uma valiosa exceção, embora de dimensões reduzidas: VILLELA, Annibal Villanova — SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. Alguns livros clássicos de história econômica do Brasil sequer mencionam o evento. Abordei o tema em: O sopro inflacionário durante a "Belle Époque" no Brasil (1903-1913) in: *Verbum*. Rio de Janeiro, t. XXXII, fasc. 1, mar. 1977; bem como numa comunicação no 5.º Congresso da SBPH; jul. 1985, sob o título: "Notas sobre o Reerguimento Econômico".

rado, baseava-se, em primeiro lugar, no avanço da ciência, identificado, para o curto período em foco, pelas descobertas de PLANCK e EINSTEIN, para falar somente das mais importantes, e sem mencionar as dos últimos anos do século XIX — de RÖNTGEN, MARCONI, CURIE (3). Sob o aspecto tecnológico convém citar a inauguração da ferrovia transiberiana e do canal do Panamá.

Ao progresso tecnológico juntava-se a disponibilidade de mão-de-obra, incluindo-se nisso a sua livre movimentação no mundo (o número de imigrantes em quatro grandes países receptores — Estados Unidos, Argentina, Canadá e Brasil — cresceu de 619 mil em 1900 para 2.141 mil em 1913); a disponibilidade de capitais nos países altamente capitalizados — Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos — incluindo-se nisso a sua livre movimentação em escala mundial; a disponibilidade de matérias-primas, graças ao aumento da produção (entre 1900 e 1913 a produção mundial de hulha aumentou 73,5%, a de petróleo 160,0%, a de ferro-gusa 92,7%, a de cobre 91,3%, a de estanho 67,9%), bem como graças à dimensão do mercado mundial que oferecia, ao mesmo tempo, oportunidades de escoamento tanto para os produtos primários, como para os produtos industrializados, oportunidades, talvez, desiguais mas generalizadas para países desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Na véspera da guerra, 60 a 66% das exportações da Europa Ocidental eram de produtos industrializados e 80 a 87% de suas importações eram de produtos primários. Entre 1900 e 1913 o valor das exportações da Inglaterra cresceu 79,4%, da Alemanha 118,9%, da França 67,4%, dos Estados Unidos 77,2%. Nas importações encontram-se, na mesma ordem, aumentos de 44,3%, 86,8%, 79,2% e 112,6%, respectivamente. Aumentos nominais, mas naqueles tempos o valor das moedas era bastante estável: nos países citados a inflação limitou-se entre 1,0% e 2,1% ao ano (4). Havia um grande mercado mundial funcionando sob a égide do liberalismo econômico, apesar da onda protecionista crescente desde o fim do século XIX (tarifa Méline de 1881 na França, tarifa Mac Kinley de 1890 nos Estados Unidos).

3. Em que medida o Brasil aproveitou a expansão do mercado internacional? O assunto é crucial para um país que adotara um modelo econômico voltado para o exterior e que precisava da expansão de suas exporta-

(3) Incidentalmente, vale rejeitar a opinião algo despreziva de que o bem-estar e o comodismo da "Belle Époque" impediram o dinamismo das inovações científicas e culturais. Além dos nomes citados, pode-se lembrar, como vultos que criaram e inovaram naquele início de século: Rutherford e De Vries na ciência pura; Santos Dumont, Wright, Ford, Taylor nas ciências aplicadas; Freud, Bergson, Lenine nas ciências sociais; Proust, Pirandello, Strawinsky, Picasso nas letras e artes.

(4) Os dados estatísticos têm como principal fonte: POMMERY, Louis. *Aperçu d'Histoire Économique Contemporaine 1890-1939*. Paris, Médicis, 1945.

ções como importante meio de geração da renda, inclusive através do mecanismo multiplicador, e que devia retirar do setor externo fatores de produção de que não dispunha — capitais, equipamentos, tecnologia.

Em primeiro lugar, a resposta positiva foi dada pela exportação, cujo valor subiu de £ 36,9 milhões em 1903 para £ 65,5 milhões em 1913, depois de ter alcançado £ 74,6 milhões em 1912. (Sabe-se que o ano de 1913 foi de crise na economia mundial, crise, interrompida pela guerra mundial.) De 1903 a 1912 aumento de 102,4%, ou seja, 8,2% ao ano. Obviamente, como o produto real não podia crescer a essa taxa, aumentou o coeficiente de exportação — quer dizer, a dependência da economia em relação à exportação. Veremos mais adiante que essa “dependência” não trouxe entretanto efeitos negativos. Na hipótese de um crescimento de 4,0% do produto total, a expansão anual de 8,2% da exportação teria aumentado o coeficiente de exportação, entre 1903 e 1912, em cerca de 40%. Ou seja, se, de acordo com minhas suposições (v. mais adiante), ele era de 0,20 em 1903, alcançou 0,28 em 1912, caindo para 0,24 em 1913.

A mesma evolução pode ser encarada sob o ângulo de outro parâmetro — o da exportação *per capita*. Esta cresceu de £ 1,92 em 1903 para £ 3,22 em 1912 (em 1913 caiu para £ 2,76). É interessante lembrar que, em 1830, na véspera do ciclo do café, ela não passava de £ 0,63.

Outrossim, uma pauta de exportação típica de país subdesenvolvido, exportador de produtos primários. Na década de 1901/1910, pouco mais de 95% da receita da exportação provinham de 8 itens: café, algodão, cacau, peles e couros, fumo, borracha, açúcar e mate — cabendo a apenas dois, o café e a borracha, um total de 79,4% —, sendo 51,5% para o primeiro e 27,9% para o segundo (5).

Havia, também, uma grande “dependência” em relação ao café: se em 1912 o coeficiente de exportação era de 0,28, e o café representava 62% da exportação, o café era ainda responsável por 17% da geração de renda do País. Esse aspecto macroeconômico e suas implicações — em termos de interesses de grupos poderosos, ligados ao café ou, de forma geral, em termos de mentalidade, dando prioridade à exportação — explicam as preocupações com o destino do café, face à crise manifestada desde o fim do século XIX, oriunda, principalmente, da superprodução e agravada pela política saneadora de Joaquim Murinho. Assim se caminhou em 1906, na época em foco, para o plano de valorização do café, consubstanciado na sistemática da Convenção de Taubaté quanto à sustentação da cotação internacional do café e da Caixa de Conversão quanto

(5) Alguns dados estatísticos foram tirados de: PALAZZO, José Truda. *Estudos de Economia Internacional*. Porto Alegre, Sulina, 1964; outros, de VILLELA-SUZIGAN, *op. cit.*; os referentes ao café, de: TAUNAY, Afonso de E. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1945; ou: DELFIM NETTO, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, USP, 1959.

à manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada para favorecer o café, embora o argumento explícito tenha sido o do equilíbrio cambial.

Não entrarei nos detalhes das discussões coevas ou posteriores ao plano de valorização, pois já foram expostos e analisados por outros historiadores⁽⁶⁾. Os efeitos a longo prazo foram *contraproducentes*, pois a defesa do café criou condições competitivas favoráveis aos próprios concorrentes do Brasil e, internamente, incentivou os investimentos em café, distorcendo a alocação normal dos fatores de produção. Para o curto período que aqui interessa, a verdade é que a sistemática de Taubaté só teve resultados positivos a partir de 1908, quando as condições reais do mercado de café melhoraram. Pode-se alegar, sem dúvida, que sem Taubaté os preços teriam despencado mais — porém isso é “história hipotética”. Quanto à defesa do produtor nacional, a conjugação da recuperação das cotações e da taxa cambial desvalorizada proporcionou maior rentabilidade aos cafeicultores, pois ainda após 1909 o preço da venda deflacionado encontrava-se, em 1912, em nível 59,4% superior ao de 1903 e 63,6% ao de 1909. Isso parece um argumento a favor da tese de que a *cafeicultura protegida foi um obstáculo à diversificação da economia nacional e à industrialização*⁽⁷⁾. Tese válida apenas parcialmente, porque não leva em conta os reflexos positivos da expansão cafeeira. Mais adiante, a análise do crescimento econômico na época fornecerá alguma verificação empírica.

Não foi o café o único responsável pelo aumento da receita de exportação, mas foi o principal: no ponto mais alto das exportações totais (1912) a receita do café registrava aumento de 144,0% e a dos demais produtos de apenas 56,4% sobre a de 1903. Entre estes outros produtos não se deve subestimar o papel da borracha, que chegou ao seu auge, antes da degradingolada a partir de 1910. Até 1910 sobem volumes exportados e preços unitários; depois, ambos caem. Portanto, os efeitos negativos só se manifestaram nos anos finais do período focalizado. Pode-se, porém, lamentar que o “subciclo” da borracha não tenha provocado, nos seus 30 anos de existência, um processo de causação circular positiva germinando novos setores⁽⁸⁾.

A melhora do preço do café após 1908 foi provavelmente a causa principal da elevação das relações de trocas, da ordem de 64,6% entre

(6) A história “externa” de Taubaté foi contada por TAUNAY na obra citada; a análise econômica foi magistralmente empreendida por DELFIM NETTO no livro citado, um clássico.

(7) Apesar da valorização e do aumento da rentabilidade, o setor cafeeiro não parece ter crescido demasiado: em São Paulo, entre 1902 e 1913, o número de cafeeiros cresceu apenas 5,4% (CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, DIFEL, 1977). O setor cafeeiro já era superdimensionado.

(8) As explicações são complexas. Abordei superficialmente o assunto em: BUESCU, Mircea — *Brasil: Disparidade de Renda no Passado*. Rio de Janeiro, APEC, 1979, pp. 64-65.

1903 e 1912; em 1913, embora em queda, encontrava-se, ainda, 27,1% acima do índice de 1903. Esta melhora, conjugada ao crescimento do *quantum* da exportação, teve como resultado o aumento da capacidade de importar numa proporção de 71,7% (1903/1912).

Nessas condições, as importações acompanharam, e inclusive ultrapassaram, a expansão das exportações: entre 1903 e 1912 cresceram 177,5%, de £ 24,2 milhões para £ 67,2 milhões. Apesar desse crescimento, a balança comercial ficou permanentemente superavitária: no período, os saldos positivos somaram £ 150,2 milhões.

É importante sublinhar o crescimento da importação *per capita*, que subiu de £ 1,26 em 1903 para £ 2,90 em 1912. O coeficiente de importação se elevou de 0,13 para 0,25. A vantagem do ponto de vista do crescimento econômico não se prende, entretanto, principalmente ao volume da importação, e sim, à sua estrutura. Ainda um perfil de país não industrializado, mas demonstrando um início de industrialização. Entre 1903 e 1913 o volume importado de bens de capital cresceu 477,3%, o de combustíveis e lubrificantes 165,4%, o de matérias-primas 105,9%, enquanto o aumento do volume de bens de consumo importados se limitou a 66,3%. Desse modo, a participação no valor total evoluiu como se segue: bens de consumo, de 37,9% para 30,1%; combustíveis e lubrificantes, de 8,0% para 9,7%; matérias-primas, de 47,9% para 45,2%; bens de capital, de 6,2% para 15,0%. Convém atentar para este último dado. Como, no intervalo, o valor total das importações cresceu, o aumento da participação relativa dos bens de capital resultou em forte aumento em valor absoluto — de £ 1,5 milhão para £ 10,1 milhões, mais de 6,5 vezes. Desde já pode-se compreender que a mudança correspondia a um ritmo mais intensivo de investimentos industriais.

A abertura para o exterior manifestou-se, também, no movimento de capitais, com importantes alterações em comparação com a situação no século anterior. O governo continuou apelando para os empréstimos estrangeiros, porém, exclusivamente com fins produtivos: foram, no total, £ 42,5 milhões e FF 330 milhões (a França ingressara como credor, ao lado da Inglaterra), para melhoramentos de portos (Rio de Janeiro, Pernambuco, Paranaguá, Corumbá), navegação (Lloyd Brasileiro), fornecimento de água (Rio de Janeiro), construção ou resgate de ferrovias, estradas (Ceará). O tipo (deságio) ficou entre 90 e 97, com duas exceções (83 e 87,5) — e os juros foram normais, entre 4 e 5% ao ano.

A dívida externa aumentou £ 74,0 milhões, alcançando, em 1913, £ 145,3 milhões, em decorrência de novos empréstimos num montante de £ 113,3 milhões e de amortização de £ 39,3 milhões. Pelo acordo do *Funding Loan* de 1898 a amortização da dívida externa foi suspensa por 13 anos (isso não englobava os empréstimos posteriores a 1898), mas a boa posição cambial do País permitiu antecipar as amortizações a partir de 1910.

Quanto aos investimentos estrangeiros, atraídos, evidentemente, pela razoável performance econômica do Brasil e favorecidos por uma taxa de câmbio desvalorizada (através do mecanismo da Caixa de Conversão), um levantamento registra a entrada de £ 189,5 milhões a título de capital inicial de empresas estrangeiras, alterações de capital e obrigações contratadas. Uma entrada, de 1903 a 1913, à razão de £ 17,3 milhões por ano, quando nos 43 anos anteriores a média anual não passou de £ 2,4 milhões⁽⁹⁾.

Os fatores já apontados — superávit comercial, entrada de investimentos e empréstimos, suspensão do serviço da dívida externa — autorizam a suposição de que o balanço de pagamentos foi equilibrado, senão superavitário. As únicas fontes diretas de informação são as reconstituições feitas nos Relatórios do Ministério da Fazenda de 1908 e 1909 (balanços de 1907 e 1908). Elas apresentam saldos positivos de £ 8,9 milhões e £ 6,9 milhões, respectivamente⁽¹⁰⁾. De modo geral, o fato de que em todo o período a taxa de câmbio tendeu a melhorar no mercado livre é uma boa indicação do equilíbrio do balanço de pagamentos.

4. Identificamos até agora uma série de elementos favoráveis ao crescimento econômico, porém, em parte, poderiam ser interpretados como tendentes a manter o modelo tradicional vertido para o exterior, como exportador de produtos primários e importador de produtos industrializados.

Vamos, portanto, ao cerne do problema: foi o período 1903/1913 auspicioso para a expansão industrial e, em geral, para o desenvolvimento econômico do Brasil? Em face da inexistência de uma contabilidade nacional na época, será preciso tentar a reconstituição da realidade a partir das escassas informações disponíveis, recorrendo, às vezes, a hipóteses de trabalho sob a reserva de submetê-las a testes de coerência.

Em estudos anteriores⁽¹¹⁾, procedendo à extrapolação do coeficiente de exportação, cheguei, para o ano de 1900 (coeficiente 0,20), a uma estimativa de £ 165 ou 166 milhões ou 4.252 mil contos de réis (£ 168 milhões) do valor do produto interno. Adotemos o valor intermediário de £ 166 milhões.

(9) CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

(10) A partir dos dados do Relatório da Fazenda de 1908, tentei uma reconstituição mais ampla: BUESCU, Mircea. "Brésil 1907: un exercice macro-économique", in: *Festschrift für Hermann Kellenbenz — Nürnberg, 1978*; republicado in: *Brasil-Problemas Econômicos e Experiência Histórica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.

(11) BUESCU, Mircea. Pour une quantification globale de l'histoire économique du Brésil — *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973; *Evolução Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974; Brasil: *Disparidades*, op. cit.

De acordo com Haddad⁽¹²⁾, o crescimento do produto real foi de 20,1% entre 1900 e 1903. Portanto, teríamos, no início do período em foco, um valor de £ 199 milhões. O mesmo autor estima o crescimento do produto em 47,4% entre 1903 e 1913, logo à razão de cerca de 4,0% ao ano — uma taxa ainda modesta, porém razoável para o estado de subdesenvolvimento em que se encontrava o País, mas uma taxa bem superior à estimada para a segunda metade do século anterior, entre 2,2% e 2,3%. Ainda mais: os 4,0% de 1903/1913 encontram-se bem acima dos 2,4% estimados (também por Haddad) para o tempo da Primeira Guerra Mundial, o que já constitui uma contestação à idéia de que o “choque” da guerra teria propiciado um surto de crescimento econômico.

À razão de 4,0% a.a., o produto teria crescido 48,0% entre 1903 e 1913, logo teria alcançado £ 295 milhões em 1913. Em termos *per capita* passaria de £ 10,3 para £ 12,5.

A maior dependência em relação à exportação não resultou no esvaziamento do setor “autônomo”, mais especificamente, da indústria. Com efeito, de acordo com os levantamentos feitos⁽¹³⁾, o produto industrial cresceu, no intervalo, 86,0%, à razão de 6,4 ao ano — taxa bastante elevada para aquele tempo e que, quase com certeza, não teria sido alcançada, a não ser casualmente, em épocas anteriores. De qualquer forma, não o foi durante a Primeira Guerra Mundial, quando não passou de 4,7% — mais uma verificação empírica contra a tese dos “choques externos”. O máximo que se pode admitir é que, durante o estrangulamento externo provocado pela guerra, a indústria auferiu lucros maiores que *eventualmente* permitiriam maiores investimentos após normalização da situação.

Vale sublinhar que o setor secundário cresceu numa proporção maior do que o produto total (o que deve ter acontecido também antes, porém em menor medida), de forma que cresceu sua participação no total. Assistimos, portanto, à alteração estrutural que caracteriza o processo de industrialização. Partindo da distribuição setorial constatada em 1949 (setor primário 24,5% — secundário 28,5% — terciário 49,0%) e aplicando retroativamente as taxas setoriais de crescimento⁽¹⁴⁾, chegamos à distribuição

(12) HADDAD, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro 1900-1947, in: *Formação Econômica do Brasil* — org. F. B. Versiani — J. R. M. Barros. São Paulo, Saraiva, 1977 — pp. 143-166.

(13) *Ibidem*.

(14) As taxas de crescimento foram tiradas de: HADDAD, *op. cit.*; o método foi exposto na minha comunicação “Notas sobre a industrialização brasileira”, apresentada na 4ª Reunião da SBPH, Rio de Janeiro, 1984.

(15) O produto foi estimado partindo dos 4.252 mil contos em 1900 conforme cálculo em: BUESCU-*Disparidades...*, (*op. cit.*), mais crescimento real 4,0% a.a., mais índice de inflação (1,049) — este último combinando cálculo de E. LOBO, HADDAD (1900/1903) e BUESCU (1903/1907).

47,1% — 12,1% — 40,8% em 1903. O progresso da industrialização manifesta-se na distribuição setorial de 1913: 37,2% — 15,7% — 47,1%.

No momento do censo industrial de 1907, a participação da indústria teria sido de 12,2% — extrapolação assaz razoável, pois o censo indica um produto industrial de 731 mil contos, que representariam 12,5% do produto total de 5.870 mil contos (15), resultado bem coerente com o anterior.

A distribuição setorial encontrada é coerente, também, com o nível de renda da época. Segundo KUZNETS (16), uma participação em torno de 41% do setor primário corresponderia a uma renda *per capita* inferior a US\$ 100 (valor de 1970). Ora, se a renda *per capita* do Brasil era de US\$ 79 em 1900 (17), devia situar-se entre US\$ 84 e US\$ 101 em 1903/1913.

É impossível desprezar o papel do setor externo — mais precisamente, o papel dinâmico das exportações — no processo de crescimento econômico no período. Um pequeno exercício aritmético ilustra melhor a situação: se entre 1903 e 1913 o produto total cresceu 48,0% e a exportação (correspondente em média a cerca de 22% ao produto) cresceu 77,5%, resulta que o setor autônomo, fora da exportação, aumentou aproximadamente 32%, ou seja, 2,8% ao ano — bem menos que o setor exportador.

O dinamismo das exportações não serviu apenas para perpetuar o modelo orientado para o exterior — criação de renda via exportações, capacidade de importar etc. Vimos que o produto industrial se expandiu a uma taxa superior ao produto total, portanto o dinamismo exportador foi aproveitado, em parte, de forma extrovertida, favorecendo a indústria. Completando o exercício anterior e separando no setor autônomo a indústria (com uma participação média de 14% e crescimento de 86%), a parte do produto fora da exportação e da indústria, teria crescido 29,5%, ou seja, 2,6% ao ano. Assim, fica quantificada a hierarquia dos setores de acordo com sua capacidade de crescimento: exportação — indústria — resto da economia.

5. São muito esparsas e incompletas as informações a respeito do comportamento setorial da economia. No que tange ao setor primário, dispomos de indicações indiretas sobre a parte dirigida à exportação em que se verifica o bom comportamento dos gêneros alimentícios (café, cacau etc.) e das matérias-primas (borracha, manganês etc.). Sobre a agricultura de subsistên-

(16) KUZNETS, Simon. *O Crescimento Econômico do Pós-guerra*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1966. O mesmo autor identifica, em outro lugar (*Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro, Forense, 1970) um perfil setorial semelhante, com o setor secundário entre 13,7% e 17,8% para países de renda muito baixa — o que corresponde ao Brasil do início do século.

(17) BUESCU, Mircea. *Guerra e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, APEC, 1979, p. 162.

cia, as informações são muito mais escassas. Uma inferência pode ser tirada da crescente substituição de importações de gêneros alimentícios primários — arroz, feijão, milho, batata, charque (18). O cálculo direto (19) estima uma taxa anual de 1,5%, bem inferior à taxa de expansão demográfica (2,1%).

Conhecendo o crescimento do produto total (48,0%), do setor primário (16,4%) e do secundário (90,8%), bem como a distribuição setorial (47,1 — 12,1 — 40,8%), pode-se calcular a taxa de crescimento do setor terciário, qual seja, 71,8%, à taxa anual de 5,6%. Uma taxa bastante condizente com as informações parciais referentes à expansão dos transportes — obras portuárias, cabotagem, construção de ferrovias etc., ao aumento das atividades bancárias e bursáteis (20), ao desenvolvimento do comércio. Uma indicação poderia ser tirada do crescimento da arrecadação dos impostos indiretos — 81,7% em termos nominais, 42,0% em termos reais; em valor real *per capita*, 15,4%.

Sobre a indústria sabe-se um pouco mais. Apesar do seu notável crescimento (6,4% ao ano, 4,2% a.a. *per capita*), trata-se, ainda, de uma indústria incipiente, limitada ao ramo de bens de consumo não durável. Segundo o censo industrial (como se sabe, extremamente falho) existiam naquele ano, 3.120 estabelecimentos industriais, com capital de 653,6 mil contos de réis e produção de 731,3 mil contos e empregando 149.018 operários (21). Se a população economicamente ativa representava 20 a 25% do total populacional (em 1940 a proporção era de 33,8%), ou seja, 4,2 a 5,2 milhões de pessoas, a mão-de-obra industrial não passava de 3 a 3,5% da população ativa. Perfil de emprego de economia pré-industrial.

Quanto à composição da produção industrial, concentrava-se em bens de consumo não durável, principalmente nos ramos têxtil, alimentos, vestuário, artigos domésticos. Nestes ramos, contudo, a produção nacional cobria até 95 a quase 100% do consumo (pano de embalagem, calçados, cigarros, fósforos, açúcar, cerveja), às vezes mais de 80% do consumo (chapéus, móveis de madeira), às vezes entre 60 e 70% (tecidos de algodão, cerâmica, banha, couros preparados etc.). No início do século XX o Brasil produzia uma quantidade insignificante de ferro-gusa (22) e cobria pela importação todo o seu consumo de cimento. Em São Paulo a indústria de

(18) VILLELA SUZIGAN, *op. cit.*, pp. 112-113.

(19) HADDAD, *op. cit.*

(20) V. por exemplo: LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977.

(21) Informações interessantes encontram-se em: *La Préindustrialisation du Brésil* — dir. Frédéric Mauro. Paris, CNRS, 1984.

(22) V. BAER, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

base — minerais não metálicos, mecânica e material de transporte — não abrangia mais que 13,4% do valor do produto industrial⁽²³⁾. Como veremos mais adiante, a abertura do mercado internacional permitiu o acesso aos equipamentos e insumos industriais que o País não produzia.

6. O processo do crescimento não pode explicar-se tão-somente pelo bom comportamento do setor externo — expansão das exportações e das importações, entrada de recursos externos via empréstimos ou investimentos. É preciso observar de que maneira foram aproveitadas as vantagens apresentadas pelo setor externo e, de modo mais geral, que outros condicionamentos se juntaram para garantir um crescimento econômico razoável e uma certa aceleração da industrialização.

Alguns fatores vinham de mais longe, desde o último quartel do século XIX, permanecendo no início do novo século. Eventualmente pode-se recuar ainda mais no tempo, na medida em que se aceita, com propriedade, que o surto cafeeiro está na base do progresso econômico do Brasil. O café proporcionou um processo cumulativo — em termos de elevação da renda, capitalização, expansão do mercado, emprego, criação da infra-estrutura — de caráter introvertido, isto é, voltando os benefícios para o próprio setor cafeeiro. Mais tarde, o processo tornou-se extrovertido: o café criou condições favoráveis para outras atividades, entre as quais sobretudo a indústria⁽²⁴⁾.

Dentro desse processo, elemento fundamental foi a entrada de imigrantes europeus, em primeiro lugar para fornecer mão-de-obra ao setor cafeeiro, gravemente atingido pela abolição do tráfico africano e pela conseqüente redução da população escrava cujo crescimento vegetativo era negativo. O auge dessas entradas se deu na última década do século XIX (em 1889/1899 entrada de 1.198.327 imigrantes), mas na década seguinte 1899/1909 entraram, ainda, 622.407 imigrantes. Isso correspondeu a 14,8% do crescimento demográfico do período. Essa mão-de-obra “trazida” especialmente para o café (lembrem-se os esforços, principalmente dos paulistas, através das sociedades da colonização, imigração etc.) dedicou-se também a outras atividades agrícolas, depois comerciais e finalmente industriais, na medida em que dispunha de capitais transferidos do país de origem ou formados aqui⁽²⁵⁾. Foi um grupo que atuou positivamente, tanto do

(23) CANO, *op. cit.*; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*, IBMEC, 1978. Não se deve esquecer que, em 1907, o então Distrito Federal e o Estado de São Paulo tinham uma participação de 31,6% e 46,0% do total da indústria em termos de número de estabelecimentos, capital, operários e valor da produção.

(24) Um esquema do processo em: BUESCU, *Disparidades...*, e *Brasil: Problemas...*, *op. cit.*

(25) WARREN DEAN (*A Industrialização de São Paulo — São Paulo*, DIFEL, 1971) sublinha, com propriedade, o papel dos imigrantes na industrialização.

lado da oferta (trabalho, tecnologia, poupança, diversificação da produção, espírito empresarial) como da demanda (ampliação do mercado) ⁽²⁶⁾. No que tange à industrialização, os imigrantes constituíram a principal fonte de mão-de-obra para as indústrias: no início do século o estrangeiros dominavam amplamente o operariado industrial. E, apesar do surgimento de movimentos operários e sindicais ⁽²⁷⁾, tratava-se, ainda, de mão-de-obra barata — uma facilidade para os investimentos industriais.

Mas, afinal, por que se intensificaram esses investimentos? Acho que ainda o café foi um dos responsáveis, mas desta vez, pelo seu enfraquecimento. Sem dúvida, os interesses cafeeiros eram muito enraizados e o setor era politicamente forte — o sistema da defesa do café o testemunha. Mas, a partir da crise da última década do século XIX, o café não demonstrava mais as imensas potencialidades do período anterior. Era normal, pois, que os empresários procurassem outras oportunidades de lucro. As condições criadas pelo café facilitavam estas novas oportunidades, mais especificamente: os investimentos industriais ⁽²⁸⁾. Já havia se criado, em torno do modelo exportador-importador o espírito empresarial que agora podia aplicar sua capacidade na indústria.

A nova orientação correspondeu a uma nova mentalidade — industrialista, protecionista — que começou a afirmar-se na segunda metade do século XIX. São ilustrativas as figuras de Antônio Felício dos Santos, Inocêncio Serzedelo Corrêa, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Américo Werneck, João Luiz Alves, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Vieira Souto, Alberto Torres, Alcindo Guanabara ⁽²⁹⁾. É interessante notar a coincidência de que duas obras básicas dentro dessa ideologia — *Taxas Protetoras nas Tarifas Alfandegárias*, de AMARO CAVALCANTI e *O Problema Econômico do Brasil*, de SERZEDELO CORRÊA — foram publicadas em 1903, no limiar

(26) As alterações estruturais manifestam-se também do lado da população. Entre 1900 e 1910 a população urbana (21 capitais de Estados) cresceu 34,4% enquanto a população global somente 23,5%. O grau de urbanização subiu de 11,1% para 12,1%.

(27) V. CARONE, Edgard. *A República Velha — Instituições e Classes Sociais*. São Paulo, DIFEL, 1970, pp. 189-245.

(28) WARREN DEAN (*op. cit.*, p. 51) observa que o café apresentou lucros excelentes em 1906-1914, porém eles foram menos reinvestidos no próprio setor. Às vezes, leis estaduais impediam o reinvestimento — prova de um menor entusiasmo em relação ao café.

(29) V. além do livro citado de WARREN DEAN: LUZ, Nícia Villela. *A Luta pela Industrialização do Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1961; LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo, CEN, 1976. Documentação em: CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880 — 1945)*. São Paulo, DIFEL, 1977. Evidentemente não deve ser esquecido RUI BARBOSA. (v. AGUIAR, Pinto de. *Rui e a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1973) O próprio Joaquim Murtinho foi defensor da indústria, sob a reserva da qualificação de "viável" (LUZ, *op. cit.*, p. 87).

do período em foco. O crescimento industrial exigiu maior organização do setor, o que veio com a criação da Associação Industrial (1880) e do Centro Industrial do Brasil (1904), em substituição da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

A alteração das mentalidades e das correntes de interesses resultou na acentuação do protecionismo, já desde o fim do Império (tarifas Belizário de Souza 1887 e João Alfredo 1888), com a introdução da cota-ouro (1891) e sua majoração (1898 a 1900), com as tarifas mais protecionistas de 1896 e 1900. A tendência continuará após 1903.

7. O que houve de especial durante o reerguimento econômico? De forma geral pode-se dizer que, graças ao setor externo favorável e a uma política econômica adequada, foi possível intensificar a geração de renda via exportações (mais seu efeito multiplicador), incorporar poupança externa via empréstimos e investimentos, obter equipamentos e tecnologia via importações e mão-de-obra mais especializada via imigrações.

No que concerne ao dinamismo econômico resultante da taxa de formação de capital carecem as informações macroeconômicas, mas tentando reconstituir, a partir de dados conhecidos e estimativas, o panorama macroeconômico em 1907⁽³⁰⁾, encontrei, para um PIB de £ 249,5 milhões, uma formação bruta de capital de £ 23,1 milhões (incluindo a poupança pessoal 8,7, a poupança de governo 6,5, o déficit em conta corrente do balanço de pagamento 8,5 e a renda líquida enviada para o exterior 8,1), ou seja, 9,0% do PIB — o que parece compatível com o nível de renda do Brasil naquela época. Parece também coerente o fato de que relacionando a taxa da formação líquida de capital (6,0%) à taxa de crescimento do PIB (4,0%), encontramos uma relação capital/produto de 1,5 — taxa compatível com o estado da economia brasileira⁽³¹⁾.

A taxa de investimento resultou do esforço conjugado do governo e da iniciativa privada, em ambos os casos com o auxílio do setor externo, como já vimos⁽³²⁾. A condição prévia foi o saneamento da economia — em termos de equilíbrio monetário, financeiro e cambial — empreendido por Murtinho e mantido pelos seus sucessores. O saneamento financeiro⁽³³⁾

(30) BUESCU. *Brasil 1907...*, *op. cit.*

(31) Lembre-se que em 1947/1961 a relação média K/P foi de 2,0.

(32) WARREN DEAN (*op. cit.*, p. 67) atribui, em grande parte, à formação de sociedades em comandita com capitais italianos "a maneira pela qual se construíram tantas fábricas nos poucos anos que mediaram entre 1906 e 1913".

(33) Entre outras medidas: Lei 1.178/1904 — reorganização das repartições da Fazenda; Lei 1.452/1905 — reformulação do imposto de importação; Decreto 5.890, de 1906 — novo regulamento do imposto de consumo; Lei 2.083/1909 — reorganização do Tesouro Nacional; Decreto 9.286/1911 — criação da Inspeção da Fazenda. Vale menção especial a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria (1909).

permitiu o equilíbrio orçamentário até 1907 (só houve um déficit mínimo em 1904) e a manutenção de um déficit razoável em 1908/1913 (na proporção de 15,2% a 28,2% do valor da receita). Assim, aliviado também do serviço da dívida externa, o governo pôde contratar empréstimos estrangeiros para aplicá-los integralmente em investimentos de infra-estrutura. Entre 1904 e 1913 a despesa para formação bruta de capital representou entre 13,0% e 24,0% (média 17,7%) da despesa do governo federal enquanto a média não passou de 6,4% em 1890/1903. Do total gasto para formação de capital no período, 13,9% foram destinados a equipamentos e instalações, 27,0% à construção de portos e canais, 36,1% à construção ou aquisição de ferrovias e 23,0% a outras construções.

Para os investimentos industriais temos apenas indicações indiretas, porém expressivas. Elas apresentam-se da forma seguinte para o período 1903/1913 (médias anuais; em parêntesis, médias de 1914/1918): crescimento da potência instalada 20,5 mil Kw (17,1); consumo aparente de cimento 219,2 mil t (129,2); consumo aparente de laminados de aço 133,1 mil t (82,1); índice (base 1939) do *quantum* de importação de bens de capital industriais 102,7 (37,9)⁽³⁴⁾. A comparação não é nada favorável ao período de guerra 1914/1918, do “choque externo”. Aliás, a obtenção dos resultados mais favoráveis foi função, em total ou em parte, da abertura das importações.

8. Embora às vezes indecisa, às vezes contraditória ou mesmo criticável à luz das atuais posições da teoria econômica, a política econômica desempenhou papel importante para o bom desempenho da economia, seja para preparar as condições de aproveitamento do setor externo (política de Joaquim Murinho e Leopoldo de Bulhões), seja para garantir o funcionamento satisfatório dos demais setores, principalmente a indústria.

No plano teórico a política econômica era dirigida dentro dos preceitos do liberalismo econômico com seus principais ingredientes — livre-cambismo (ligado aos interesses cafeeiros) e padrão-ouro (implicando “ortodoxia” monetária, financeira e cambial). Este elenco de posições podia ser nocivo ao processo de industrialização, e ao próprio progresso econômico fora do modelo exportador. Ocorreu, entretanto, como já no século XIX, que a política econômica foi conduzida dentro de um espírito pragmático e eclético⁽³⁵⁾.

(34) Conf. VILLELA-SUZIGAN, *op. cit.*, p. 393.

(35) Quando se iniciou o século XX, o liberalismo econômico já havia sofrido muitas críticas e restrições. Afirma-se que o principal respaldo filosófico na sua contestação foi constituído pelas idéias de AUGUSTE COMTE que considerou a economia clássica como “uma falsa ciência” (v. por exemplo: JAMES, *Emile. Histoire des Théories Économiques*. Paris, Flammarion, 1950, pp. 99-101).

Vejamos, por exemplo, a política cambial. O princípio consistia em manter a taxa cambial, não permitir desvalorizações — daí, a necessidade de manter o equilíbrio monetário, financeiro e do balanço de pagamentos — o que amiúde foi feito. Ademais, durante um tempo prevaleceu a velha idéia, bastante absurda, de voltar para a taxa de câmbio oficial de 1846, de 27 d por mil-réis (esse teria sido o aspecto mais “reacionário” de Murтинho e Bulhões). Entretanto, não foi isso que se fez. Como vimos, diante da *tendência normal* da valorização do mil-réis, em decorrência do saneamento monetário e cambial, a Caixa de Conversão, para estabilizar o câmbio e sobretudo para defender os interesses do café, manteve uma taxa praticamente desvalorizada de 15 d por mil-réis — taxa elevada para 16 d em 1910, ainda abaixo da tendência do mercado (Bulhões queria chegar a 18 d, mas a sua tese não vingou). Uma taxa de câmbio desvalorizada constituía proteção para as indústrias existentes que trabalhavam com insumos nacionais, bem como um incentivo para a entrada de capitais estrangeiros.

Da mesma forma o liberalismo oficial não impediu os progressos do protecionismo, embora evado de fiscalismo, continuando uma tendência observada desde a segunda metade do século XIX⁽³⁶⁾. É suficiente citar, entre outras, a elevação para 35 e 50% da cota-ouro do imposto sobre importações (Lei 1.452/1905) e a reformulação da proteção ao similar nacional (Decreto 8.592/1911). A diminuição de direitos sobre certas matérias-primas importadas e instalações de infra-estrutura (Lei 2.524/1911) não deve ser interpretada como reação liberal, mas sim, como protecionismo bem compreendido⁽³⁷⁾. Tudo isso constituiu outro quadro favorável à indústria e ao dinamismo dela decorrente.

O saneamento monetário e financeiro iniciado por Murтинho criou, como já disse, condições favoráveis para o bom aproveitamento do setor externo, mas proporcionou, também, internamente, um certo equilíbrio econômico sem altas exageradas de preços, sem explosão das despesas públicas. Pelo contrário, esse equilíbrio permitiu maiores investimentos em infra-estrutura pelo governo e ofereceu condições favoráveis aos investimentos privados.

9. Mesmo se não se pode falar, para a época, numa política desenvolvimentista no sentido atual da palavra, não se pode dizer que a ortodoxia

(36) É muito discutível a asserção de NÍCIA VILELA LUZ (*op. cit.*, p. 141) de que, “com o projeto Luís Alves (de reforma alfandegária-derrubado na Câmara dos Deputados) estava morta a grande ofensiva protecionista iniciada... em 1903”, pois o protecionismo permaneceu e mesmo avançou, embora não nas proporções eventualmente desejáveis. A proteção média em 1901/1904 foi de 49-54% (*ibidem*, p. 187). Acrescente-se os favores concedidos às indústrias, como os do Decreto nº 8.019/1910 para a siderurgia.

(37) Obviamente havia partidários do liberalismo — e interesses a ele ligados. Uma exposição circunstanciada das controvérsias em: LUZ, *op. cit.*

monetária, então praticada, prejudicou a industrialização⁽³⁸⁾, nem que teria sido necessário um surto inflacionário. É verdade que a ortodoxia de 1903/1913 não teve a rigidez do tempo de Murtinho, foi mais moderada, mais pragmática.

Em termos de inflação o período ficou muito equilibrado, com reduzida tendência de intensificação: em 1904/1908 houve dois anos de taxas negativas e a taxa acumulada não passou de 6,5% (1,3% a.a.). Em 1909/1913 a inflação se fixou em torno do patamar de 3,6% a.a. Para o período inteiro 1903/1913 a taxa acumulada foi de 27,0% (2,4% a.a.). É interessante sublinhar que os preços dos produtos importados subiram apenas 2,8%, os dos produtos de exportação 11,1% e os dos produtos nacionais para consumo interno 58,4% — o que rejeita a tese do papel inflacionário da taxa de câmbio e ressalta o desequilíbrio econômico da produção agrícola alimentar⁽³⁹⁾. Verifica-se que o excelente crescimento econômico e industrial foi possível sem pressões inflacionárias, contra a opinião dos partidários da tese da “inflação desenvolvimentista”.

O relativo equilíbrio dos preços refletiu o bom comportamento monetário, creditício e financeiro. Sobre este último já foi falado. Quanto à moeda, deixando de lado os dogmas da ortodoxia — a importância da conversibilidade e da valorização cambial⁽⁴⁰⁾ —, o fato é que a expansão monetária foi muito modesta, principalmente durante a gestão Bulhões (David Campista, Ministro da Fazenda de Afonso Penna, era menos ortodoxo). De 1903 a 1906 o papel-moeda emitido aumentou somente 4,3%; até 1913 houve aumento de 30,9%, perfazendo um total de 36,5% — uma taxa geométrica anual de 3,2%. Para os meios de pagamentos (conceito tradicional) encontramos 68,3%, o que demonstra que as atividades bancárias haviam se intensificado, proporcionando maior liquidez ao sistema. Entretanto, a liquidez não foi exagerada, permanecendo compatível com o crescimento do produto real⁽⁴¹⁾. O equilíbrio dos preços deve ser colocado, em grande parte, sob a responsabilidade da contenção monetária: o coeficiente de correlação preços/meios de pagamento é muito elevado (0,92).

(38) Como afirma HEITOR FERREIRA LIMA, *História...*, *op. cit.*, p. 153.

(39) Os cálculos se encontram em: BUESCU — *O sopro inflacionário ... op. cit.*

(40) No seu Relatório como Ministro da Fazenda, em 1906, Bulhões afirmava que “a estabilidade do valor da moeda só pode ser assegurada pela efetividade da conversão”. Ele denunciou que “é só em nome da lavoura do café que se pede o abandono das boas doutrinas (i.e. o padrão-ouro)”.

(41) Entre 1903 e 1912 (1913 foi ano de crise, atípico) os meios de pagamentos passaram de 683,8 mil para 1.272,8 mil contos de réis (conf. PELÁEZ, Carlos Manuel-SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976). Deflacionando, encontra-se um aumento real de 52,6%, ou seja, 4,8% a.a. bastante compatível com o crescimento médio de 4,0% do produto real.

Seria apenas uma verdade parcial a alegação de que a Caixa de Conversão teve papel inflacionário; é melhor dizer que ela limitou o papel *desinflacionário* da taxa de câmbio em valorização via preços de importação. Através dela injetaram-se recursos que apenas mantiveram o grau de liquidez do sistema (42).

Quanto à expansão do crédito, vale lembrar as alterações institucionais destinadas a melhorar o funcionamento do sistema bancário, em primeiro lugar com a reorganização do Banco da República, sob o nome de Banco do Brasil, autorizado a emitir notas conversíveis à vista (Decreto 6.160/1906). Ao mesmo tempo a sua Carteira de Câmbio se torna permanente. O Banco passa a ser agente financeiro do Tesouro Nacional, intermediário entre a União e os Estados, operador da dívida pública e do câmbio (43).

10. Os condicionamentos do progresso foram mais complexos, incluindo não apenas as mentalidades — industrialismo, protecionismo, capitalismo mais esclarecido — mas também os fatores políticos e sociais.

De fato, foi um período bastante brilhante o que sucedeu ao de Campos Salles, com a continuidade da filosofia dos Presidentes Rodrigues Alves e Afonso Penna e de seus Ministros da Fazenda, seguidores de Murinho, Leopoldo de Bulhões (1902-1906 e 1909-1910), David Campista (1906-1909) — este menos ortodoxo, e até certo ponto Francisco Salles (1910-1913) e Rivadavia Correia (1913-1914), estes dois últimos já sob a presidência de Hermes da Fonseca. Como se deve lembrar, outros colaboradores foram Rio Branco, Osvaldo Cruz, Pereira Passos, Lauro Müller, Miguel Calmon (44).

Passada a fase da terapêutica saneadora, Rodrigues Alves inaugura um período em que o Relatório de 1905 do Ministro da Fazenda fala de um renascimento aparentemente misterioso (45), mas a mesma fonte procede

(42) Em início de 1913, no seu auge, a Caixa de Conversão entrava com 419 mil contos de réis na circulação monetária (NEUHAUS, Paulo. *História Monetária do Brasil*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975). Isso representava cerca de 43% do total do papel-moeda emitido.

(43) A dívida interna fundada diminuiu de 582 mil contos de réis em 1903 para 558 mil em 1905/1909; depois subiu até 727 mil em 1913. De qualquer modo, apenas 24,9%, ou seja, queda de 1,7% em termos reais.

(44) *Sobre o ambiente político e cultural da época*, v. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Rio, J. Olympio, 1973.

(45) Ministério da Fazenda — *Relatório de 1905 — Introdução*, p. 36. Rodrigues Alves é o símbolo dessa renovação: "O presidente vinha disposto a fazer do seu governo uma revolução autêntica na história republicana". (FRANCO, *op. cit.*, p. 244). E ainda: "O presidente e sua equipe foram a um só tempo causa e efeito das forças latentes de transformação que pressionavam, na alvorada do século, a sociedade brasileira." (Ibidem, p. 246).

a uma enumeração mais ampla da obra realizada entre o fim do governo de Prudente de Morais e o início de Rodrigues Alves: “Restabelecida a segurança nas relações internacionais; arredada pela nova política qualquer possibilidade de conflitos com as nações vizinhas; resolvido o problema do Acre pelo Tratado de Petrópolis; paga à Bolívia a indenização de £ 2.000,000; liquidadas as questões das grandes empresas ferroviárias Oeste de Minas e Sorocabana e da empresa de navegação do Lloyd, devedoras ao Tesouro e ao Banco da República; diminuídos, com as encapações de estradas de ferro, onerosos compromissos da União; amortizada em soma apreciável a dívida pública consolidada interna e externa e a dívida flutuante; reduzida a massa do papel-moeda em circulação; feitas as operações de crédito necessárias às obras do porto e ao definitivo saneamento do Rio de Janeiro, surgiu espontaneamente, como resultado desses fatores, a confiança, o restabelecimento do crédito público” (46).

Acho que esta “confiança” não deve ser compreendida apenas sob o ângulo do crédito. Trata-se de um sentimento de grandeza, de uma consciência de força e prestígio. Além do Tratado de Petrópolis, já citado, é preciso lembrar o sucesso nas negociações fronteiriças com o Equador, e outros problemas de limites territoriais, a terceira Conferência Pan-americana aberta no Rio de Janeiro em 1906, o sucesso de Rui Barbosa em Haia (1907), a elevação para embaixada da representação norte-americana no Brasil (1905) e o primeiro cardealato brasileiro (Rio de Janeiro, 1906), os feitos de Santos Dumont, a Exposição Nacional de 1908. A própria imagem do progresso — a renovação da cidade do Rio de Janeiro, as obras do porto, a abertura da Avenida Central, o saneamento realizado por Oswaldo Cruz — contribuía para um ambiente otimista, fator não desprezível na luta desenvolvimentista (47).

Nesse ambiente, o governo agiu com firmeza e inteligência, mantendo o equilíbrio de sua execução orçamentária e procedendo a reformas destinadas a ativar a economia.

A conclusão de ordem mais econômica seria que os progressos conseguidos correspondiam a uma situação de normalidade do ponto de vista monetário e financeiro. E este último aspecto estava ligado à normalidade do setor externo, à sua abertura tanto em termos de comércio exterior como de movimento de capitais. Contrariamente à teoria inflacionista, o progresso não se deu num ambiente de desordem monetária. Diferentemente da teoria dos “choques externos”, o progresso não se realizou sob o impacto do fechamento da economia.

(46) Ministério da Fazenda, *op. cit.*, pp. 33-34.

(47) Havia, ainda, manifestações retrógradas, como foi a revolta contra a vacina obrigatória (v. WESTPHALEN, Cecília Maria-BALHANA, Altiva Pilatti. *Reações ao Novo Reflexo do Passado*. Curitiba, 1985).